

O território em Rogério Haesbaert: concepções e conotações.

The Rogério Haesbaert's territory: conceptions and connotations.

Lucas Labigalini Fuini *

Resumo:

Rogério Haesbaert da Costa, geógrafo brasileiro nascido no Rio Grande do Sul, traz em sua carreira acadêmica e em seus escritos uma preocupação central com a categoria território e seus desmembramentos contemporâneos, das des-re-territorializações e as multi e transterritorialidades. Pautado em um referencial teórico eclético, o autor se aproxima, mais recentemente, de uma leitura pós-estruturalista e pós-moderna sobre os processos de dominação e apropriação do espaço. Considerando a popularidade e difusão de sua obra na geografia brasileira e sul-americana, faremos neste artigo uma análise de obras selecionadas do autor sobre o território, trazendo à tona alguns significados e especificidades de seu pensamento.

* Prof. Dr. Instituto Federal de São Paulo/IFSP - Campus de São João da Boa Vista. Pós-doutor pela UNESP-PP

Abstract:

Rogério Haesbaert da Costa, a Brazilian geographer born in Rio Grande do Sul, brings in his academic career and in his writings a central concern for territory category and his contemporaries dismemberment, the des-re-territorializations and multi and transterritorialities. Guided by an eclectic theoretical framework, the author approaches, more recently, a post-structuralist reading and postmodern about the processes of domination and appropriation of space . Considering the popularity and dissemination of his work in the Brazilian and South American geography , this article will make an analysis of the selected works of the author about the territory , bringing up some meanings and characteristics of their thought.

Palavras-chave:

Território,
Des-re-territorialização,
Rogério Haesbaert

Key-Words:

Territory,
Des- re- territorialization,
Rogério Haesbaert

INTRODUÇÃO

Identificado como um dos geógrafos brasileiros mais populares e relevantes na atualidade, Rogério Haesbaert traz em sua obra desde os anos de 1990 a marca do “território”, com a centralidade no estudo das relações espaço-poder. O geógrafo brasileiro, que ainda desenvolve seu trabalho docente na Universidade Federal Fluminense, apresenta mais de 6.500 citações de seus trabalhos no veículo de busca Google acadêmico, sendo seu trabalho mais mencionado o livro “O mito da desterritorialização”, de 2004, com 2.056 menções.

E por que tamanha profusão de seus ensinamentos? Primeiro devido à preocupação com o rigoroso tratamento dos conceitos geográficos e o esclarecimento da vinculação entre aspectos teóricos e empíricos de uma análise socioespacial. Segundo, devido ao seu estilo de escrita e clareza na busca de propor argumentos explicados exaustivamente. Terceiro, devido à ampla base bibliográfica a qual se serve em seus trabalhos e que também foi “garimpada” nas experiências internacionais de estudo do autor, tanto na França¹ quanto na Inglaterra, posicionando-o como intelectual cosmopolita globalizado preocupado com as questões de sua terra (regionalismo, fronteiras, saídas e chegadas de migrantes, contenção territorial).

Na análise sobre o Território, Haesbaert é atualmente um dos mais citados e mais ouvidos geógrafos. Tomaremos como referência, para entender seu pensamento e sua obra de forma mais sistêmica, os seguintes: “Desterritorialização e identidade gaúcha: a rede gaúcha no Nordeste”, de 1997, fruto de seu doutorado realizado na USP entre 1990 e 1995 (sendo parte dele feito no Instituto de Estudos Políticos de Paris com Jacques Levy); outra obra é “O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade”, de 2004, grande síntese teórica das dinâmicas territoriais atuais e que surge de seu pós-doutorado realizado na Open University/Grã-Bretanha, sob orientação de Doreen Massey; e a última, de 2014, denominada “Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção”, reunindo textos de reflexão e de pesquisas do autor com base na situação das favelas cariocas e os brasileiros na fronteira.

Cumprindo cada qual um hiato de 10 anos, tempo para acumular e sedimentar conhecimentos de pesquisas inéditas anteriores e também para divulgar o conhecimento produzido em círculos acadêmicos da Geografia e de áreas afins. Mas tais obras adquirem também um caráter de

sistematizar escritos dispersos dos anos anteriores a elas, daí a relevância dos trabalhos.

Em primeiro lugar, a concepção de território que Haesbaert traz é de uma dimensão espacial que se revela em processos de dominação mais concretos, tanto pela produção material quanto em termos jurídico-políticos. É também um espaço apropriado em termos imateriais na produção de identidade, subjetividade e simbolismos com certo lugar. O território também assume um viés multidimensional (político-jurídico, econômico e culturalista) e os movimentos dos agentes e grupos entrando e saindo de territórios (tidos como seus e de outros) manifesta os processos de desterritorializações e (re)territorializações.

Territorialidades que se apresentam com o sentido de pertencimento, uso e vivência em um recorte do espaço e que na atualidade se expressam mais em rede (lógica reticular), com a compressão do espaço pelo tempo, do que em zonas contíguas (lógica areal). Compreende assim a configuração de multiterritorialidades pela possibilidade existente na globalização de se poder estabelecer processos de apropriação em pontos distantes do espaço e envolvendo escalas diferentes (dimensão tecnológica, uma cultural e outras referente à instabilidade das geometrias de poder), como os cidadãos globais (globe-trotters) ou as redes terroristas internacionais. Em certo sentido, para aquele que vive no limite de fronteiras econômicas e políticas, existe também a transterritorialidade de compartilhar de valores e códigos culturais de diferentes “mundos” ou territórios alvo de estratégias de contenção e controle (“muros”) típicas das sociedades de segurança.

Neste artigo, portanto, trataremos de aspectos da vida e obra do autor, considerando seu referencial teórico no âmbito da discussão sobre a transição da moderno e pós-moderno, modernidade e pós-modernidade, trazendo também um detalhamento, com base em obras supracitadas do autor, sobre suas concepções de território, territorialidade, des-re-territorialização e as multi e transterritorialidades.

1. VIDA NO/DO TERRITÓRIO

De origem gaúcha, Haesbaert encontrou na vida de migrante um estímulo a tratar das questões de fronteiras e limites territoriais. Nascido na região da Campanha Gaúcha², este geógrafo desde os 11 anos passa a viver em Santa Maria, importante polo regional localizado na região Centro-Oeste rio-grandense.

Suas constantes mudanças entre pequenas cida-

des, de zonas rurais para urbanas, marcou decisivamente seu interesse pela temática da desterritorialização e reterritorialização como um incessante de construir, destruir e reconstruir vínculos de identidades com certos espaços, vínculos estes tanto materiais quanto simbólicos (HAESBAERT, 1995, 2004).

Em sua tese de doutorado, SILVA (2010) busca reconstituir as contribuições do pensamento geográfico para com a discussão do território e afirma que Haesbaert é um dos geógrafos mais relevantes quanto à reflexão teórica sobre o território, fazendo encontrar e dialogar aportes das Ciências sociais e a Filosofia. Além disso, revisita o conceito na Geografia e áreas afins para afirmar que o território é, ao mesmo tempo, um instrumento do poder político e um espaço de identidade cultural, territórios e territorialidades cada vez mais valorizados para entender as formas de apropriação espaciais materiais e simbólicas, as territorialidades, contestadas pelo ímpeto homogeneizante da globalização.

Em outros artigos (FUINI, 2014, 2015) já apontamos a relevância do autor na compreensão de que o território é construído como relação de poder em várias dimensões e que incidem em diferentes escalas e importa caracterizar os processos que dão sentido e valor aos territórios como constructos sociais e culturais em certa bases materiais: a inserção e apropriação, a territorialização e seu par dialético, a desterritorialização, como desenraizamento e mobilidade, além de se preocupar como as relações de construção de identidades múltiplas, as territorialidades. Vê-se no autor um exemplo de geógrafo territorialista pós-moderno devido ao quadro teórico que incorpora e sua compreensão sobre as relações espaço-tempo.

2. INFLUÊNCIAS TEÓRICAS MODERNAS OU PÓS-MODERNAS?

Haesbaert busca em suas obras estabelecer um vínculo entre os pressupostos do que seja moderno e a modernidade e os processos de territorialização e desterritorialização. Em sua tese sobre a chegada dos migrantes gaúchos, ou sulistas, ao oeste da Bahia e o contato com os habitantes locais, os nordestinos, HAESBAERT (1997) comenta que o gaúcho passa a ser o portador da modernidade sob as condições de agente de modernização. No entanto, essa diáspora não produz desterritorialização como efeito da modernidade contemporânea, antes “surgem novas formas de identidade

territorial e controle do espaço, que não se organizam apenas como territórios em sentido estrito, com fronteiras bem definidas” (p. 27). A explicação é que a modernização, envolvida em diferentes escalas espaciais, permite a ativação de múltiplos territórios e identidades sociais.

Modernidade que se apresenta como ideia reguladora, uma cultura, estado de espírito ou período cronologicamente iniciado no século XVIII e seus movimentos para materialização denominados de modernizações. Modernidade como projeto inacabado que implica na tradição do novo, na ruptura ou negação do passado, sendo tratado como termo equivalente à sociedade e racionalidade capitalistas. Na modernidade contemporânea, sob a égide das redes técnico-informacionais globalizadoras, concebe-se uma passagem ou transição chamada de pós-modernidade.

O pressuposto dessa mudança decorre da crença de que a sociedade moderna seria uma sociedade mais territorial, com um padrão bem estabelecido de ordenamento territorial dirigido pelo Estado-nação, enquanto a pós-modernidade seria a da sociedade mais desterritorializada marcada por pluridentidades e formas de apropriação social do espaço (territorialidades) mais flexíveis, mutantes e em rede.

Consoante filósofos como LYOTARD (1988) e HABERMAS (1981) tratem de uma radicalização da modernidade no período contemporâneo, é possível tratar também da modernidade pós ou antimoderna a combater a “hegemonia de uma racionalidade instrumental pelo resgate da sensibilidade, da dimensão simbólica e das diferenças/identidades” (HAESBAERT, 1997, p. 110). Em JAMESON (1985) busca-se a concepção de pós-modernismo como a lógica cultural do capitalismo avançado (pós-industrial ou multinacional), associado à uma superficialidade teórica e cultural (simulacro ou kitsch), debilitamento da historicidade, impessoalidade dos sentimentos e o novo paradigma tecnológico.

Na imbricação com o território advém a aproximação da característica de uma modernidade em binômios (razão x mito, individualismo x holismo) que incorpora o modelo dialético do T-D-R, considerando a modernização nos cerrados do Nordeste impetrada pelos sulistas como desterritorialização (exclusão e extroversão dos espaços de origem, destruição e desintegração dos novos espaços) e (re)territorialização como reapropriação política, econômica e simbólica de novos espaços.

O pós-moderno também adquire um comportamento territorial múltiplo ou multiterritorial. Antes, HAESBAERT (2004) afirma que a desterritorialização seria sintoma de uma sociedade moderna com a natureza e essência pró-

pria do capitalismo e a revolução científico-tecnológica a ele inerente. A revisão da lógica territorial estatal e do papel das sociedades/espços disciplinares configuram o advento de um movimento desterritorializador pós-moderno típicos do mundo globalizado de um capitalismo de acumulação flexível. Emerge, assim, um espaço como dimensão ao mesmo tempo percebida, concebida e vivida, em discursos momentaneamente despolitizados e deshistoricizados de desençaixe (distanciamento) espaço-temporal ou esvaziamento do espaço; a compressão do tempo-espaço ou encolhimento do espaço pelo tempo; e as geometrias e formas espaciais variáveis de poder.

Assim, como não “há um processo de compreensão do espaço-tempo, mergulhado nas múltiplas geometrias de poder, não há uma territorialização, mas múltiplas formas de (re)territorialização” (HAESBAERT, 2004, p. 169), no sentido de muitas, diferentes e lado a lado, ou seja, a multiterritorialidade como uma nova experiência/concepção de espaço-tempo.

Essa questão da transição ou passagem da modernidade para uma hipotética pós-modernidade também incorpora um entendimento mais recente do autor (HAESBAERT, 2014) quanto à passagem (ou convivência) de uma lógica territorial zonal para uma lógica territorial reticular ou em rede, na conformação de territórios-zona articulados em rede (territórios em rede) ou territórios-rede constituído por nós, pontos e linhas tal como no esquema rizomático ou reticular de DELEUZE; GUATTARI (2001).

A preocupação de Haesbaert quanto à transição e a validade teórica e empírica da dita pós-modernidade evidencia-se pelo arcaísmo teórico-filosófico ao qual se serve e que apoia seus argumentos. Desde a “Desterritorialização e identidade [...]”, têm como suas fontes de argumentação filósofos como Henri LEFÉBVRE, Gilles DELEUZE e Félix GUATTARI, Michel FOUCAULT, com menções também à historiadores e sociólogos associados à epistemologia, como Michel DU CERTEAU (1990) e Michel MAFFESOLI (1998). Esse acervo auxilia o autor na compreensão das relações de poder socialmente e historicamente construídas e as mutações produzidas nos mecanismos de produção de identidades sociais e espaciais nas sociedades contemporâneas.

Inspirado em LEFÉBVRE (1986), a partir da obra “A produção do espaço”, HAESBAERT (1997, 2004) busca dar à territorialização um sentido de dominação e apropriação do espaço que se dá no processo próprio de produção desse espaço, tanto material quanto simbólico. A produção do espaço social se estabelece com o modo de produção pro-

duzindo seu próprio espaço. A apropriação (com o sentido de uso e não propriedade) decorre da relação de um grupo que modifica um espaço natural para servir às suas necessidades e possibilidades, apropriação que também implica “em tempos e tempos, em ritmo ou ritmos, símbolos e uma prática” (LEFÉBVRE, 1986, p. 411-412), espaço que pretende dominado e manipulado pelos agentes, tornando-o unifuncional, mas que assim perde o sentido de apropriação que incorpora o tempo vivido.

Para LEFÉBVRE (1986), o espaço (que se decifra e se lê) da modernidade se apresenta passível de algumas classificações. Pode ser tratado tanto como espaço imaginário, com um sentido de origem e separação, quanto concreto e prático, de coexistência e diferença; espaço absoluto, formado pelos vestígios e traços da ocupação e conquista (formas arquitetônicas) e o espaço relativo, que não comporta somente dispositivos espaciais duráveis, mas também espaços de representação (imagens, narrativas, míticas); as representações do espaço também se manifestam como espaços vividos (espaços representacionais), concebidos (representações do espaço) e percebidos (práticas espaciais, espaços sabidos), vistos como qualidades constitutivas do espaço³. Daí advém a proposta de se tratar o território enquanto relação de “dominação e apropriação sociedade-espaço que se desdobra ao longo de um continuum que vai da dominação político-econômica mais concreta e funcional à apropriação mais subjetiva e/ou cultural-simbólica” (HAESBAERT, 2004).

DELEUZE; GUATTARI (1995 [1980]; 2010 [1972/1973]) foram decisivos para a obra “O mito da desterritorialização”, de 2004, ao trazerem essa dita palavra bárbara e conceito à tona, sobretudo em “O anti-Édipo” e “Mil platôs”, ambos se voltando à linha psicanalítica da esquizofrenia do capitalismo. Ainda que se trate de um olhar bastante abstrato de desterritorialização, o autor admite que a origem do termo e a compreensão de que na contemporaneidade os fluxos e movimentos de saídas e entradas entre território é ininterrupto derivam das obras destes filósofos franceses.

Já FOUCAULT é matriz inspiradora para reflexões contidas na obra “Viver no limite”, de 2014. Na obra “Segurança, território e população” (2008 []) Foucault desenvolve a tese de que há uma passagem histórica na sociedade moderna de dispositivos de controle disciplinares⁴ (que anteriormente sobrepuseram os mecanismos jurídico-legais da soberania) para dispositivos de segurança. As sociedades disciplinares, surgidas no século XIX, sucedeu as sociedades apoiadas no princípio da soberania⁵ e se baseiam em coações disciplinares como mecanismo de dominação e exercício do

poder, com “uma legislação, um discurso, uma organização do direito público articulada ao corpo social e à delegação de poder (penas, prisões, manicômios).

O espaço, por sua vez, passa por uma transformação nesses modelos de controle social e isso é explicado por FOUCAULT (2008). Em um primeiro plano, a soberania se exerce nos limites de um território, a disciplina no corpo dos indivíduos e a segurança se exerce sobre o conjunto da população. Na verdade, os problemas do espaço perpassam as três formas de controle, mas, na soberania, o poder se exerce no interior do território e, na disciplina e segurança há diferentes formas de repartição espacial. Em suma,

(...) enquanto a soberania capitaliza um território, colocando o problema maior na sede do governo, a disciplina arquiteta um espaço e coloca como problema uma distribuição hierárquica e funcional dos elementos, a segurança vai procurar criar um ambiente em função dos acontecimentos ou de elementos possíveis, séries que vai ser preciso regularizar num contexto (...) multivalente, (...) um temporal e aleatório que vai se inscrever em um espaço⁶.

HAESBAERT (2014) incorpora esses postulados teóricos para construir a tese de que as sociedades disciplinares, típicas dos séculos XVIII e XIX (imperialismo), com um território zonal, de fixações, continuidades e contiguidades espaciais (como os territórios dos Estados-nação), em que prevalecem os processos de reterritorialização e as modelagens fixas (hierarquias entre público e privado), dão lugar à uma sociedade de segurança (biopolítica), típica do pós 2^a. Guerra e da Globalização, com um território-rede em que predominam os processos de desterritorialização, com redes flexíveis e processos de segregação e privatização do espaço.

A transição de um modelo de território moderno para um formato pós-moderno se dá na constituição de uma sociedade biopolítica, o nascimento da biopolítica⁷. FOUCAULT (2008a) caracteriza por biopoder os mecanismos pelos quais aquilo que constitui os aspectos biológicos na espécie humana vai entrar numa estratégia política e de poder. Desde o século XVIII, passa-se a levar em conta o fato biológico na constituição do ser humano. Pode ser tratada também como a forma com que “se buscou racionalizar os problemas colocados para a prática governamental pelos fenômenos próprios de um conjunto de viventes enquanto população: saúde, higiene, natalidade, longevidade e raça” (FOUCAULT, 2009)⁸.

3. TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE

Território não apenas se define, mas se compreende a

luz dos processos históricos e socioespaciais. E por conta disso o conceito fica exposto à diferentes concepções autorais e dimensões constitutivas. Uma primeira é a que diferencia a concepção materialista do território, identificada com teorias naturalistas (ou etológicas), econômicas e jurídico-políticas; a segunda é a caracterização idealista que compreende processos de apropriação simbólica do espaço como fenômeno territorial construtor de identidade e, a terceira, é a caracterização integradora que reúne todas as dimensões e que concebe o território como definido por relações de poder, multiescalar, híbrido em rede e indissociável da prática dos grupos sociais.

A segunda premissa é que o território, considerando as práticas humanas e a epistemologia em torno do conceito, contempla três principais dimensões: uma político-jurídica, mas tradicional e majoritária e identificada com o Estado-nação; uma econômica (economicista), dita minoritária, que o compreende de forma material e concreta no bojo da relação capital-trabalho e, outra, cultural (ou culturalista) a trazer a dimensão simbólica e subjetiva da apropriação e da identidade social com o espaço (HAESBAERT, 1997; HAESBAERT, LIMONAD, 1999).

Existiria, então, uma perspectiva territorial de dominação, com conotação mais material e funcional (política ou econômica), geralmente identificada com os grupos hegemônicos, e outra de apropriação, mais simbólica e pluralista e que pode se identificar com grupos subalternos e suas lutas de resistência. No sentido de dominância funcional, o território é tratado como recurso dotado de valor de troca (controle físico, recurso, produção), e em um sentido de dominância simbólica, tratado como um geossímbolo, com valor de uso (abrigo, lar, segurança afetiva).

Assim, HAESBAERT (2014, p.59) destaca que a distinção dos territórios se dá de “acordo com aqueles que o constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais/culturais, o Estado, empresas e instituições como a Igreja. Os objetivos de controle social que se dão em ações de territorializações variam conforme a sociedade e a cultura (renda, idade, geração, gênero).

Pensando em uma cartografia ou morfologia territorial, concebe-se também a diferenciação entre Territórios-zona e Territórios-rede. HAESBAERT (2004) parte do pressuposto que a literatura tende a dissociar território de rede, trazendo para o primeiro uma concepção zonal/areolar (áreas e superfícies), fixa (fronteiras e limites), enraizante e estável (espaço de lugares) e, para o segundo uma concepção reticular (pontos e linhas), móvel, desenraizante e instável (espaço de fluxos). Nesse sentido, as redes seriam vistas apenas

como destruidoras de territórios (antiterritoriais). HAESBAERT (1997) contrapõe essa visão apostando na existência de uma “combinação articulada de redes, uma malha, que pode ser a base de um novo processo de territorialização” (p. 94).

Assim, em termos teóricos (tipos ideais), existe, simultaneamente, territórios de tipo zonais, mais demarcados e enraizados na contiguidade geográfica (ex.: dos Estados nacionais) e territórios de tipo rede (topologia de rede), descontínuos, dinâmicos e que se sobrepõem (ex.: empresas em rede, redes terroristas). Além de uma terceira categoria, os aglomerados, mescla desses dois tipos, mas com uma cartografia associada aos processos de exclusão socioespacial, tidos como fora de controle (ex.: áreas periféricas onde se organizam um poder paralelo, acampamentos de refugiados). É possível, assim, compreender que

[...] nessa trama complexa e historicamente mutável de delimitação ou contenção por área e de fluidez ou conexão por redes, podemos distinguir assim lógicas de dominância zonal e de dominância reticular que participam de processos ao mesmo tempo de ordenamento e desordenamento territorial. Ambas, portanto, podem ter efeitos contraditórios, redefinindo fixações e desenraizamentos, inclusões e exclusões, confinamentos e expansões, continuidades e descontinuidades (e territorializações e des-territorializações) (HAESBAERT, 2014, p. 108).

Comentando autores como RAFFESTIN (1993 [1980]), SACK (1986), ALLIÉS (1980) e BADIE (1995), HAESBAERT (1997) admite que a territorialidade especificamente humana recai em estratégias usadas para controlar áreas e influenciar pessoas, fenômenos e relacionamentos (SACK, 1986), além de ser um componente do poder e permitir compreender a ligação simbólica dos grupos sociais com seu espaço. A territorialidade se dá na busca por tentar diferenciar um espaço e distingui-lo entre seus ocupantes (tornando-o exclusivo), expressando o vivido territorial por uma coletividade (SOJA, 1971; RAFFESTIN, 1993).

Deste modo, a territorialidade pode ser compreendida como abstração teórica para território ou ter um sentido efetivo, tanto material (controle físico), quanto imaterial (controle simbólico, imaginado) e, também, na concepção de espaço vivido. Pode ser entendida como uma concepção mais ampla que território, sendo tanto propriedade dos territórios quanto condição para efetivação; territorialidade como sinônimo de território (qualidade inerente) ou, por fim, territorialidade com sentido distinto de território, sendo vista em duas perspectivas: no âmbito da imaterialidade (quando se trata de território como algo concreto) e o domínio do vivido e não institucionalizado; e territorialidade como uma das dimensões de território, a que remete à identidade territorial⁹ (HAESBAERT, 2014).

Pode existir territorialidade sem território ou, territó-

rio sem territorialidade? Se a referência à territorialidade for de uma condição genérica em relação ao território ou como dimensão simbólica, seria possível, já que a dimensão material-concreta não pode faltar ao território. Já um território sem territorialidade é empírica e teoricamente impossível já que retira de si seu caráter relacional do poder via dominância e apropriação material e imaterial, ficando apenas aquilo que SANTOS (2000) chama de configuração territorial, a armadura de objetos naturais e técnicos espacializados.

Quadro 1: Bifurcações territoriais em Rogério Haesbaert.

Conceitos	Bifurcações	
Concepção/natureza	Território de dominação	Território de apropriação
Conotação	Território de dominação funcional	Território de dominação simbólica
Influência filosófica	Território em perspectiva materialista	Território em perspectiva idealista
Cartografia	Território zona	Território rede
Movimento	Territorialização	Desterritorialização
Escala ou âmbitos	Territórios múltiplos	Multiterritorialidade
Perspectivas do poder	Território em sociedades disciplinares	Territórios em sociedades de segurança (biopolíticas)

Fonte: Organização do autor

4. DES-RE-TERRITORIALIZAÇÃO

A primeira pista para compreender o sentido do termo desterritorialização se busca na obra de seus ditos percursores, Gilles Deleuze e Félix Guattari. Território é definido como resultado de um agenciamento. Segundo HAESBAERT (2004), em perspectiva filosófica ampla, território pode ser definido tanto como “espaço vivido quanto a um sistema percebido no seio da qual um sujeito se sente em casa. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto de projetos e representações (...)” (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 323 apud HAESBAERT, 2004, p. 121).

Os agenciamentos¹⁰ têm a ver com um conteúdo e uma expressão, um sistema pragmático (ações e paixões e os movimentos maquímicos de corpos que possuem conteúdos ou componentes não discursivos). Os agenciamentos entendidos como as ordens, comandos, estratégias e ações se envolvem nos movimentos concomitantes de territorialização e desterritorialização. O território como produto agenciado se revela por um processo de territorialização que se identifica com um campo de interioridade, com um sistema semiótico de signos, componentes discursivos e coletivos de enunciação, enquanto a desterritorialização seria uma linha de fuga, forças e funções desestratificadas, sem expressão distintiva.

Portanto, desterritorializar-se é se engajar em uma li-

nha de fuga, sair do seu curso e dissolver (ou destruir) os territórios originais por sistemas maquínicos a atravessar os estratos de ordenamento mental e material. Significa abandonar o território, fugir, e a reterritorialização seria ir ao encontro, construir um território por novos agenciamentos maquínicos. O pressuposto da desterritorialização para DELEUZE; GUATTARI (2010) é a transpassagem, o ir ao limite que envolve o questionamento à psicanálise tradicional edipiana e o reconhecimento da condição de esquizofrenia similar a um muro e a abertura de um muro, uma castração, territorialidades de corpos sem órgãos, desertas pelos artifícios desterritorializados que são do desejo.

Quando a máquina territorial primitiva deixou de ser suficiente, a máquina despótica instaurou uma espécie de sobrecodificação. Mas a máquina à medida que se estabelece sobre as ruínas mais ou menos longínquas de um Estado despótico, encontra-se numa situação totalmente nova: a descodificação e desterritorialização dos fluxos. Não é de fora que o capitalismo enfrenta essa situação, pois ele vive dela, nela encontra tanto a sua condição como a sua matéria, e a impõe com toda sua violência. É este o preço da sua produção e repressão soberanas (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 51).

Os filósofos citados lidam com alguns âmbitos da desterritorialização no capitalismo: no primeiro, quando se trata da máquina capitalista civilizada e seu universo material, do dinheiro, que interfere no imaterial, da representação e, no segundo, mais especificamente tratando da representação psicanalítica e a desterritorialização e reterritorialização no âmbito do sonho.

É possível refletir sobre a ideia de desterritorialização com as categorias absoluto e relativo. A desterritorialização absoluta está vinculada ao pensamento e à criação, criar algo novo implica em romper com os territórios pré-existentes (territorialidades imateriais), demandam novos agenciamentos. Já, a desterritorialização relativa se desenvolve na ação do Estado e do capital, das máquinas capitalistas, na sobrecodificação de antigas territorialidades de sociedades pré-capitalistas, se colocando no plano da materialidade e da representação. Ocorre, assim, a construção de novos territórios sociais pela relação entre agentes maquínicos de corpos e agentes coletivos de enunciação, nunca um movimento isolado, mas sempre de 'dois em dois' (HAESBAERT, 2004).

Assim, a compreensão de desterritorialização em HAESBAERT (2004) se dá, em um primeiro sentido, como diminuição ou enfraquecimento das fronteiras, com aumento da fluidez e mobilidade de pessoas, bens, capitais e informações. É comum a associação da desterritorialização com o migrante, daí que pode ser uma desterritorialização relativa pois a mobilidade do migrante é controlada e direcionada. Além disso, a desterritorialização também agrega o sentido de des-vinculação e reterritorialização devido à presença ou

ausência de "base física minimamente estável para sobrevivência do grupo, acesso a direitos fundamentais de cidadania no território nacional, identidade sociocultural com espaços específicos e referenciais simbólicos" (HAESBAERT, 2004).

Segundo HAESBAERT (1995, 2004), muitos grupos sociais podem estar desterritorializados sem deslocamento físico, sem níveis de mobilidade espacial pronunciados, bastando que vivam uma precarização de vida e negação de sua expressão simbólico-cultural. Há também a perspectiva desterritorializadora das classes mais ricas que tem a acesso ao ciberespaço (experiência da virtualização) ou a viagens por diferentes países (cidadãos do mundo), um tipo de mobilidade, flexibilidade ou multiplicidade territorial opcional, ao contrário da mobilidade compulsória das classes sociais mais pobres.

A desterritorialização contemporânea aparece, na perspectiva de um conjunto discursivo, com os territórios-rede e os aglomerados de exclusão. Os territórios-rede se configuram como descontínuos, dinâmicos, móveis e suscetíveis a sobreposições e que, na lógica do desenraizamento, sobrepõe os territórios-zona, mais tradicionais e associados à continuidade/contiguidade espacial de áreas e fronteiras demarcadas e com grupos enraizados. Os territórios-rede seriam, aos mesmo tempo, um indicativo de desterritorialização e um conduto da reterritorialização. Já, os aglomerados de exclusão, outro formato da topologia territorial atual, são espaços (ou subespaços) tidos como fora de controle e envoltos em processos de exclusão social e violenta insegurança (desterritorialização extrema ou arrasadora) (HAESBAERT, 1995, 2004).

Em texto presente na coletânea "Geografia: conceitos e temas", HAESBAERT (1995) explica de forma esquemática que desterritorialização tem o sentido de extroversão, desenraizamento, massificação e quantificação reforçando o sentido de desigualdade e hierarquia, levando-se a perda do sentido de território atrelado aos termos comunidade (tribo ou nação), identidade simbólica ou funcional, estabilidade e fronteiras. A reconstrução dos territórios, a (re)territorialização, implica em processos de enraizamento, introversão e identificação que redefinam a possibilidade de distinção, diferenciação e alteridade socioespacial que leva a deixar o estado de simples aglomerados (como massas, subclasses de deslocados e desclassificados, sem identidade, em espaços com limites difusos e grupos suscetíveis à mobilidade).

As redes, conjunto de pontos e linhas pelos quais se dá a mobilidade técnica, funcional ou simbólica, fazem o contato entre essas duas realidades, dos aglomerados e territórios e dos processos de desterritorialização e (re)territorialização.

Fica evidente que as redes podem atuar no sentido de territorialização, quando voltadas mais para a articulação interna

do território (tornando-se seu elemento), quanto da desterritorialização, quando seus fluxos desestruturam territórios/ fronteiras anteriormente estabelecidos (e territórios 'locais' podem se transformar em elementos ou nós de redes) (HAESBAERT, 1995, p. 199).

5. MULTI E TRANSTERRITORIALIDADE

A ideia “ponto de partida” a saber é a de que a desterritorialização se coloca como um mito já que, a despeito das teses sobre a compressão espaço-tempo, desencaixe espaço-tempo, aceleração do movimento e predomínio da fluidez, enfraquecimento dos controles espaciais, fim das fronteiras e territórios e desenraizamento e hidridização cultural, o que está a ocorrer é um rearranjo territorial e reconfiguração de circunscrições territoriais. “(...) o que está dominando é a complexidade das reterritorializações, numa multiplicidade de territorialidades nunca antes vista, dos limites mais fechados e fixos da guetificação e dos neoterritorialismos aos mais flexíveis e efêmeros territórios-rede e multiterritórios da globalização” (HAESBAERT, 2014).

O domínio dos fluxos e da mobilidade (acelerado pelas redes informacionais e virtuais e pelos meios de transportes rápidos), da flexibilização das relações de trabalho e de produção e a hibridização e massificação cultural conduzem a uma “multiterritorialidade pós-moderna”, a perspectiva de ser e estar na simultaneidade de diversos territórios. A experiência pode se dar tanto em nível de classes, como de grupos e instituições (como as empresas e o Estado)¹¹, e a multiterritorialidade individual¹² das experiências pessoais em vários territórios e territorialidades e a de grupos de migrantes que se deslocam no espaço e guardam relações de identidade e/ ou de interdependência com os lugares de origem (multiterritorialidade das diásporas) (HAESBAERT, 2003, 2004, 2007).

A ideia de múltiplos territórios¹³ decorre das características atuais do capitalismo e sociedade pós-modernos de se expressarem através de territórios areais e zonais e territórios em rede, evidenciando-se nos interstícios dessas duas categorias uma variedade de formas de territorializações, como as mais fechadas e uniterritoriais em que se confunde poder político e identidade cultural (grupos étnicos culturalmente homogêneos que não admitem a pluralidade, como os adeptos do jihadismo do Estado Islâmico ou do Boko Haram¹⁴), as territorializações político-funcionais mais tradicionais, como a do Estado-nação, que admite pluralidade cultural mas não de poderes, as territorializações mais flexíveis com sobreposições territoriais que podem ser sucessivas (nas áreas centrais de grandes cidades com a multifuncionalidade ou periodicidade de usos do territórios e territorialidades) e concomitantes (sobreposição de territorialidades político-administrativas). Até se chegar na perspectiva das territorializações efetivamente múltiplas, ou multiterritorialidades, como a

experiência de se experimentar vários tipos de territórios, em nível individual ou grupal.

A multiterritorialidade admite uma dimensão quantitativa, de se ter vários territórios a nosso dispor, e qualitativa, de intervenção e vivência em diferentes territórios/territorialidades, e se expressa nas práticas sociais cada vez mais multi/transescalares e fragmentadas em territórios rede ou reticulares, admitindo uma dimensão tecnológico-informacional (ciberespaço), uma dimensão de poder político (compressão espaço-tempo e geometrias de poder) e uma dimensão cultural-simbólica (identificação territorial que pode ser escala planetária).

O autor traz como exemplo da experiência de multiterritorialidade as classes médias abastadas que vivem em condomínios e usufruem de tecnologias de comunicação à distância e transportes rápidos, controlando-se essa experiência, e os povos que são atingidos pela multiterritorialidade que pode dissolver suas territorialidades identitárias via desterritorialização e sobreposição de territórios-rede do capital multinacional, com respostas passivas de inserção subordinada ou de resistência pacífica ou violenta ao processo de homogeneização territorial (HAESBAERT, 2004, 2005, 2007).

Mais recentemente, o autor tem trabalhado com dois conceitos (contenção territorial e transterritorialidade) a explicar os processos de deslocamento entre territórios em perspectiva relacional e integradora (o político, o econômico e o cultural conjugados), sob o prisma do atual modelo de sociedade de controle e regimes de (in) segurança que reforçam a característica reticular da conformação dos território.

Por contenção territorial o autor explica que se trata de um conceito em construção para designar os processos mais relevantes de des-territorialização e que definem as sociedades de segurança. Considerando a impossibilidade de fechamento ou enclausuramento total, as formas contemporâneas de territorialização propõem-se fechamentos ou cercamentos parciais e provisórios para criar o efeito-barragem que busca, pelo discurso do medo em relação às classes perigosas e indesejáveis, controlar fluxos de migrantes, refugiados, trabalhadores pobres, favelados etc. Seria o caso dos muros e cercas fortificadas a separar fisicamente países e territórios político-jurídicos, os muros dos condomínios residenciais a separar física e rigidamente as classes sociais nos espaços da cidade (HAESBAERT, 2010).

Já a transterritorialidade implica na possibilidade de um trânsito compulsório entre diferentes territórios e da vivência em múltiplas territorialidades, sendo também uma forma de contornar a situação de precarização da vida em limites exclusivistas, como faz o morador da favela ao cruzar a avenida (no caso do Rio de Janeiro, as linhas Amarela e Vermelha), para realizar seu trabalho na venda do comércio

informal ou formal ou no trabalho doméstico nas residências e apartamento da elite econômica. Seria também o caso dos brasiguaios a cruzar a fronteira diariamente pois, muitos deles, residem no Brasil e administram suas fazendas comerciais no Paraguai.

Seria o movimento de trânsito “[...] entre diferentes territorialidades ao mesmo tempo que se busca contornar alguns dos constrangimentos (políticos, econômicos ou culturais) a que se está subordinado” (HAESBAERT, 2014, p. 271). Em suma, a transterritorialidade aparece como forma contemporânea de territorialidade típica da sociedade biopolítica em que grupos específicos buscam contornar ou fugir dos efeitos barragem criados pelos campos de contenção, buscando extrapolar as barreiras segregadoras dos aglomerados de exclusão onde vivem como forma de garantir sua sobrevivência.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente texto teve como objetivo analisar a produção intelectual do geógrafo brasileiro Rogério Haesbaert, sobretudo em seu trabalho sobre o conceito de Território e suas variâncias. Nesse sentido, fica evidente que o trabalho do autor se desdobra em diferentes frentes e se aglutinam em torno do território e da crítica à concepção absoluta de desterritorialização apenas como sinônimo de deslocalização, desenraizamento e fim das fronteiras e do território.

Haesbaert, em suas três obras centrais sobre o conceito, parte da concepção que o território é resultado de formas, forças e estratégias de dominação material e apropriação simbólica sobre o espaço e que envolve mais de uma dimensão (não só a política) e diferentes perspectivas espaciais escalares (do local ao global). Simultaneamente incorpora uma lógica zonal-areal perpassada de uma lógica reticular, de redes, que inclui processos de saída e entradas, enraizamentos e desenraizamentos cada vez rápidos e desestabilizadores que configuram um universo de multiterritorialidades e territorialidades múltiplas (sucessivas).

Parte desse universo des-re-territorializado envolve os aliados dos processos de escolhas espaciais e que tem mobilidade técnica limitada, os aglomerados de exclusão, diferente dos grupos e agentes que comandam processos de flexibilização econômica e deslocalização dos capitais que alto poder desterritorializador. Essas barreiras econômicas e culturais criam “efeitos de barragem” de certos grupos sociais vistos como perigosos, estranhos e indesejáveis, as contenções territoriais, grupos que se veem impelidos, por questão de sobrevivência, a uma vida de transterritorialidades entre diferentes universos sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALLIÈS, P. *L'invention du territoire*. Grenoble: Presses universitaires de Grenoble, 1980.
- BADIE, B. *O fim dos territórios: ensaio sobre a desordem internacional e sobre a utilidade social do respeito*. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O anti-édipo: capitalismo e esquizofrenia*. SP: Editora 34, 2010.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil-Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 1. RJ: Editora 34, 1995.
- CASTRO, E. *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e atores*. 2ª. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- De CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: artes da fazer*. 3ª. Ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 28 a. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- _____. *Segurança, Território e População: Curso dado no Colégio de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
- _____. *Nascimento da Biopolítica*. SP: Martins Fontes, 2008b.
- HABERMAS, J. *Modernidade versus Pós-modernidade*. Arte em Revista, ano 5, n. 7, 1983.
- HAESBAERT, R. *Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- _____. *O mito da desterritorialização: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- _____. *Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste*. Niterói: Eduff, 1997.
- _____. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. *Território e territorialidades: teoria, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular,

2009, p. 95-120.

_____. A desterritorialização: Entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E., et. al, **Geografia: Conceitos e temas**. 5ª. Ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 165-206.

_____. Território e multiterritorialidade: um debate. **Geographia**, Niterói, UFF, Ano 9, n. 17, 19-46, 2007.

_____. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**, São Paulo, USP, AGB, p. 6.774-6.792, 20 a 26 de março de 2005. Disponível em: < <http://ucbweb2.castelobranco.br/pdf>>. Acesso em 10/01/2013.

_____.; LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. **Etc: Espaço, Tempo e Crítica**, Niterói, UFF, v. 1, n. 2, p. 39-52, ago de 2007.

GUATTARI, F; ROLNIK, R. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1996.

JAMESON, F. Pós-modernidade e sociedade de consumo. **Novos Estudos**, São Paulo, Cebrap, n.12, p. 16-26, jun. 1985.

LEFÉBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início, fev.2006.

LYOTARD, J. F. **O pós-moderno**. 3ª. Ed. RJ: José Olímpio, 1988.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SACK, R. **Human territoriality: Its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SILVA, A. C. da. **O pensamento geográfico brasileiro na travessia do século XX para o XXI: o território nas tramas das significações imaginárias**. Tese (Doutorado), Programa de Pós-graduação em Geografia, FCT-UNESP-Presidente Prudente, 2010, 340 f. (Anexo).

Notas de Fim:

1- Na França o autor realizou parte de sua pesquisa de doutoramento sobre a rede gaúcha no Nordeste sob orientação de Jacques Levy na Universidade de Paris I, desembocando na obra “Desterritorialização e identidade [...]”. Já sua pesquisa de Pós-doutorado que redonda na obra “O mito da desterritorialização [...]” foi realizada entre 2002 e 2003 na Open University, Inglaterra, sob supervisão de Doreen Masey.

2- A região da Campanha Gaúcha, em termos fisiográficos, pode também ser chamada de Pampas, Pradarias, Campos do Sul ou sulinos. Se estende por parte do Sul do Rio Grande do Sul (63% de todo o território do estado) na fronteira com o Uruguai e a algumas províncias da Argentina. É uma região pastoril de planícies com pequenas elevações chamadas de coxilhas. É ocupada por gramíneas (pradarias) com predomínio de clima subtropical (FERREIRA, 1986). Culturalmente é uma região ocupada por gaúchos cuja formação cultural e histórica é marcada pelo contato fronteiriço entre portugueses e espanhóis (e seus descendentes) e contexto de conflitos como a Revolução Farroupilha ou Guerra dos Farrapos (1835-1845).

3- Pode ser tratado também por suas características dinâmicas: homogeneidade (exigências análogas intervenientes de falsos conjuntos), fragmentação (lotes, parcelas e guetos) e hierarquia (espaços residências, comerciais e de lazer). (LEFÉBVRE, 1986).

4 - Esse sistema disciplinar está transcrito no direito e traz o seu próprio discurso, as disciplinas “são criadoras de aparelhos de saber e de múltiplos domínios do conhecimento (aparelhos que produzem saber e conhecimento)” (FOUCAULT, 2014, p. 293). As tecnologias de segurança, em detrimento das disciplinares, podem trabalhar no interior dos mecanismos de controle social, mas, antes, tem por função “modificar em algo o destino biológico da espécie” (FOUCAULT, 2008), sua questão mesma será, portanto, a construção da sociedade biopolítica.

5- A soberania se dá em uma relação de poder baseado em um modelo de Estado de justiça apoiado em uma territorialidade de tipo feudal da sociedade da lei (FOUCAULT, 2008^o).

6- Lembrar aí dos controles estabelecidos em instituições disciplinares como presídios, hospitais psiquiátricos, asilos, escolas, fábricas e igrejas. Para caracterizar a sociedade disciplinar Foucault nos dá o exemplo do panóptico. Panoptismo, segundo CASTRO (2016) (a respeito da obra de Foucault *Vigiar e Punir*), é uma nova anatomia política que sintetiza as relações disciplinares. Segundo Bentham, seu idealizador, é uma forma de arquitetura e de governo, uma técnica de poder própria da quadriculação disciplinar. O modelo arquitetônico se baseia em uma construção periférica na forma de anel com uma torre no centro, sendo que o edifício periférico está dividido em celas cada uma com duas janelas voltadas para o exterior, uma voltada para o exterior e outra que dá para a torre central. O jogo de luminosidade assegura que o vigilante a ocupar a torre possa ver sem ser visto. A ideia é induzir nos detentos um estado consciente e permanente de visibilidade. Esse mecanismo permite que o poder se automatize e desindividualize. O panóptico está incorporado em um processo de reestruturação de disciplinas que Foucault resume em 3 aspectos: inversão funcional das disciplinas (tem papel positivo de acrescentar utilidade aos indivíduos, domesticação e doutrinação), dispersão dos mecanismos disciplinares (várias instituições panópticas), estatização dos mecanismos disciplinares (polícia centralizada de vigilância permanente e exaustiva).

7- Dentro dos marcos da racionalidade do liberalismo, a biopolítica passa a ser a arte de fazer viver, garantidora do equilíbrio da população, sua regulação (homeostase). Essa perspectiva dialoga também com a nova lógica dos micropoderes, ou seja, os procedimentos de governamentalidade que não seriam definidos por um setor de escala (área precisa), mas está atrelado a um método de decifração, a um ponto de vista diante do decrescimento da governamentalidade estatal (FOUCAULT, 2008b).

8- Castro (2016) comenta que essa nova forma de poder se ocupará de proporções demográficas (nascimentos, óbitos, fecundidade), das enfermidades endêmicas (natureza, extensão, duração, higiene pública), da velhice (enfermidades, seguros individuais e coletivos, aposentadoria), das relações com o meio geográfico (urbanismo, ecologia, clima).

9- HAESBAERT (1997, p. 50) define por identidade territorial um “conjunto concatenado de representações socioespaciais que dão ou reconhecem uma certa homogeneidade em relação ao espaço ao qual se referem, atribuindo coesão e força (simbólica) ao grupo que ali vive e que com ele se identifica”.

10- Conforme DELEUZE; GUATTARI (1995, p. 122), “o homem de poder não deixará de querer deter as linhas de fuga e, para isso, tomar, fixar a máquina de mutação na máquina de sobrecodificação. Mas ele só pode fazê-lo isolando a máquina de sobrecodificação, isto é, primeiro fixando-a, contendo-a no agenciamento local encarregado de efetuar-la, em suma, dando ao agenciamento as dimensões da máquina: o que se produz nas condições artificiais do totalitarismo e do ‘uso fechado’, do confinamento”.

11- Como a multiterritorialização ou multiterritorialidade do Estado, em seus níveis político-administrativos, e das empresas globais ou multinacionais, com suas redes de filiais, fornecedores, distribuidores e contratantes em diversos lugares interconectados.

12- A multiterritorialidade individual é exemplificada por Haesbaert (2004) pela vivência em grandes cidades. Afirma o autor que “grandes metrópoles cosmopolitas são espaços férteis para a proliferação e formas ricas de multiterritorialidade, dependendo da condição econômica-política e da predisposição cultural, distinguindo-se entre multiterritorialidade potencial (disponível, realizável) e a multiterritorialidade efetiva (realizada de fato). Territórios pessoais e de ‘baixa intensidade’ (não implicam em grandes transformações e transformações físicas nas formas das cidades). Estão relacionados à construção territorial que fazemos através das funções que desempenhamos e significações que damos aos nossos movimentos nos espaços urbanos” (HAESBAERT, 2004, p. 350).

13- HAESBAERT (2014) diferencia territórios múltiplos (plurais) de multiterritorialidades. A pluralidade de territórios pode se dar com a reunião de vários territórios e territorialidades (multiplicidade) ou pela pluralidade de jurisdições por justaposição ou sobreposição. Pluralidade de territorialidades pela justaposição ou pela superposição. Territórios plurais que se dão como unidade de múltiplos por diferentes formas de percepções territoriais (estruturadas: do cotidiano dos habitantes; estruturando: processos de construção; estruturantes: judiciais, eclesiais, guerrilheiras, movimentos sociais) (ZAMBRANO, 2001).

14- O Estado Islâmico é uma organização jihadista (visão extremista do islamismo e das leituras sagradas, não separando o Estado da religião e que se pauta na estratégia de guerra e expansão totalitária de sua concepção de cultura). Foi proclamada em 2014 como califado pela unificação de duas organizações que atuavam no Iraque, Síria a

na região do Levante (Jordânia, Palestina, Líbano, Chipre e Turquia). Foi fortalecido após ser financiado e armado por nações como Estados Unidos e Arábia Saudita para derrubar a ditadura de Bashar Al Assad na Síria. O Boko Haram cuja sigla significa “Educação ocidental é um pecado” é uma organização terrorista islâmica que atua no Norte da Nigéria e cujas primeiras ações foram percebidas em 2002. Ambos são de orientação sunita, anticristãos e antiocidentais, fazem uso da Sharia (lei islâmica) como código civil, com forte repressão às mulheres, e praticam a violência sistemática (atentados, execuções, sequestros) para atingir seus fins de controle territorial exclusivo (Fontes diversas).

Correspondência do autor:

Lucas Labigalini Fuini

e-mail: lucasfuini@yahoo.com.br

Artigo recebido em: 09/06/2016

Revisado pelo autor em: 30/12/2016

Aceito para publicação em: 05/01/2017